

ANTÓNIO CASIMIRO FERREIRA
HERMES AUGUSTO COSTA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de
Estudos Sociais

Para uma sociologia das relações laborais em Portugal*

141

A diversidade é um traço característico das abordagens feitas em Portugal em matéria de relações laborais, facto que não deve ser dissociado de um leque de especificidades que foram moldando o padrão dessas relações. Neste artigo, parte-se de uma pesquisa da produção científica realizada nos últimos 20 anos nas mais importantes revistas portuguesas de ciências sociais nas quais aparece debatida a problemática das relações

laborais. Após identificados cinco temas principais relacionados com esta problemática – olhares temporais e contextuais sobre o movimento operário; dinâmicas organizacionais e mutações tecnológicas; diferença sexual e relações na produção; trabalho / (des)emprego; institucionalização do diálogo social –, levantam-se, a título de complemento e como pistas para uma investigação futura, outros temas ou abordagens possíveis.

A reflexão sobre as «relações laborais» empreendida neste texto privilegia os vectores de investigação e de sistematização dos estudos realizados nesta área. A primeira parte do texto delimita a nossa posição, pressupostos e opções analíticas, nos termos dos quais contemplamos três registos principais: *temático* – assunção da centralidade do «trabalho»; *terminológico* – adopção da expressão relações laborais; e *disciplinar* – opção pela interdisciplinaridade e pela necessidade de desenvolver um conhecimento crítico sobre o mundo do trabalho. O segundo momento do texto operacionaliza os registos supracitados, utilizando-os como instrumentos de organização e sistematização dos temas resultantes das investigações feitas em ciências sociais em matéria de relações laborais e publicadas sobretudo em revistas. Por último, e porque são detectáveis limitações no investimento em alguns temas ou uma quase omissão na ponderação de

* Os autores agradecem a Luís Guerra a colaboração prestada na recolha do material que serviu de suporte a esta pesquisa.

outros, reserva-se um espaço final para o equacionar de novas pistas e problemas em aberto.

Da produção do conhecimento

A multiplicidade de estudos existente no panorama português das ciências sociais versando sobre «relações laborais» constitui uma razão de peso para que propostas de perspectivas abrangentes orientadas para o desenvolvimento de sínteses analíticas sobre o tema possam ser tentadas. O recurso frequente a expressões como «relações de trabalho», «relações industriais», «relações sociais de trabalho», «relações profissionais» ou «relações laborais», não tem captado o consenso entre os cientistas sociais nelas interessados. Tal sucede, em nosso entender, pelos seguintes motivos: pela pluralidade de temas (fenómenos) em análise¹; pela descontinuidade sócio-temporal da sua pertinência analítica quando confrontada com a sua pertinência sócio-política; pelo número relativamente curto de estudos orientados para a realização de sínteses temáticas sobre as relações laborais; ou ainda por uma aceitação «natural», ainda que fundamentada, da heterogeneidade² subjacente a tais temas.

Assumindo que a especificidade da sociedade portuguesa é simultaneamente uma condição substantiva e um desafio à imaginação sociológica para repensar os cânones hegemónicos do conhecimento sociológico, sugere-se que a análise e investigação sociológicas das relações laborais co-envolva três registos básicos. Em primeiro lugar, um *registo temático*

¹ As investigações feitas naquela(s) área(s) permitem que se olhe para a realidade do mundo do trabalho sob os ângulos mais diversos, ainda que com ligações entre si, como se atesta, a título de exemplo, pelas propostas temáticas apresentadas no VIII encontro nacional de «sociologia industrial, das organizações e do trabalho» (Março de 1999): trabalho e sociedade; transformações do mercado de trabalho; qualificações, competências, formação, profissões; novas formas de organização do trabalho; participação, relações de trabalho e diálogo social; metodologias utilizadas para analisar o mercado de trabalho.

² Para Maria João Rodrigues (1988), por exemplo, a definição de «sistema de emprego» está directamente associada a uma heterogeneidade e multidimensionalidade do mercado de trabalho. Por sua vez, uma das razões invocadas por Stoleroff (1995a) para a preferência por um padrão de relações industriais heterogéneo e discrepante prende-se, na sequência das investigações de Santos (1985; 1993), com a descoincidência entre quadros legais inerentes a um modelo de relações industriais existente na legislação laboral e práticas sociais que não lhe são correspondentes. Por outro lado ainda, como sustentaram Lima *et al.* (1992), num estudo sobre as formas de consciência operária, o operariado é visto como um grupo social heterogéneo e «a diferentes formas de organização do trabalho correspondem modos particulares de socialização, que induzem formas diferentes de identidade profissional ou consciência operária» (Lima *et al.*, 1992: 20).

que reconhece na centralidade do «trabalho» – espaço da produção – uma constelação de relações sociais de inegável interesse teórico e substantivo para as análises sociológicas contemporâneas. Não obstante as últimas três décadas terem conhecido um incremento dos argumentos tendentes a questionar a importância do trabalho³, a sua centralidade resulta do facto de em seu redor se gerar uma divisão de classe que, em conjunto com a divisão sexual e a divisão étnica, constitui um dos grandes factores de desigualdade social e de conflito social contemporâneos (Santos, 1994: 264). As indagações a respeito do espaço da produção vão sendo, pois, constituídas na base de constatações: na União Europeia, por exemplo, encontramos perto de 20 milhões de desempregados e mais de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo do limiar de pobreza. Em matéria de desemprego, Portugal até apresenta valores algo distantes da média europeia, que se encontra na casa dos 10,5% (BIT, 1998: 10). Porém, quando relatamos a persistência de actividades que funcionam à margem dos circuitos normais da economia, como o trabalho infantil⁴, verificamos que elas são indicadores claros das debilidades e desigualdades do nosso tecido produtivo. Isto é, se tais actividades são equacionadas como actividades de «inclusão», as irregularidades que lhes estão associadas são o sinal que melhor confirma a exclusão. Como sustenta Santos (1998: 23-24), a crise da contratualização moderna caracteriza-se pela predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão. E não obstante estes processos chegarem mesmo a vigorar segundo formas avançadas que permitem uma compatibiliza-

³ Nomeadamente os seguintes argumentos que, como lembra Santos (1994: 265), tiveram sempre mais em mente a realidade dos países do Norte: o desenvolvimento capitalista, com a robótica e automação à cabeça, evoluíram gradualmente para uma sociedade de lazer, criando condições progressivas para libertar o homem do trabalho produtivo; os dispositivos culturais que orientam a acção humana são cada vez menos determinados pela acção humana e mais por práticas sociais situadas fora do espaço da produção, passando a interacção, em vez do trabalho, a constituir-se como principal referência de sociabilidade; a diminuição da importância do espaço-tempo da produção a partir do momento em que o movimento operário, os sindicatos e os partidos operários se renderam, no final da década de sessenta, à lógica capitalista a troco de aumentos salariais, segurança no emprego e outros benefícios sociais, transformando o capital no único horizonte possível de transformação social. Consulte-se também em Santos (1995b: 134-135) os impactos das transformações do capitalismo mundial nas relações laborais.

⁴ Segundo um estudo do Ministério do Trabalho e Solidariedade (1999), são mais de 40.000 os menores que admitem exercer ilegalmente uma profissão, sendo cerca de 18.000 o número de adultos que admite deixar os filhos menores trabalhar.

ção virtuosa dos valores da modernidade – liberdade, igualdade, autonomia, subjectividade, justiça, solidariedade –, o que é certo é que tais processos se reportam a grupos cada vez mais diminutos, ao passo que as formas de exclusão são impostas a grupos muito mais amplos.

A discussão sobre a centralidade ou perda de centralidade dos conceitos de produção e trabalho deve igualmente ser contextualizada no quadro do debate mais geral acerca da actualidade/inactualidade das tradições teóricas nas ciências sociais. Discute-se se, perante as fortes transformações sociais, culturais, políticas e económicas ocorridas nas últimas décadas nas sociedades contemporâneas, se torna necessário abandonar ou rejeitar tais tradições (Beck, 1992; Giddens, 1990) ou se, pelo contrário, elas continuam a ser relevantes no processo de teorização e inovação conceptual (Alexander, 1987; Turner, 1994; Wagner, 1992). Só assim faz sentido discutir, no seio da estrutura teórico-conceptual das ciências sociais, o «descentramento» (Offe, 1992; Bauman, 1989) ou a renovada centralidade do trabalho e da produção. Aliás, *mutatis mutandis*, poderíamos afirmar, na linha de Touraine (1994), que este renovado interesse pelos temas do trabalho é a confirmação de que a sociedade em que vivemos, para além de se afirmar pelo consumo e pela comunicação, é, primeiro que tudo, uma sociedade de produção.

O segundo registo utilizado é *terminológico*, passando pela adopção da expressão «relações laborais» como centro da nossa ancoragem analítica. O entendimento que fazemos deste conceito exprime o reconhecimento de que tais relações são de dois tipos: relações *de* produção contratualmente estabelecidas entre trabalho e capital que constituem, no seu todo, a relação salarial; e relações *na* produção, que regulam o trabalho concreto efectuado pelos trabalhadores durante o dia de trabalho e incluem as relações entre trabalhadores, bem como as relações destes com supervisores ou gestores segundo normas ou regulamentos da empresa (Burawoy, 1985; Santos, 1995b: 134; Ferreira, 1998b: 64; Rosa, 1998⁵). Outros elementos caracterizam igualmente as relações laborais: ênfase no conflito (Kahn-Freund, 1972; Barbash, 1984; Caire, 1991), nas suas fontes (Reed, 1997) e nas formas de poder que lhe estão associadas (Kahn-Freund, 1972; Rueschemeyer, 1986; Santos, 1994; 1995a).

⁵ Sobre esta tipologia, inspirada em Burawoy, atente-se ao modo como Rosa (1998) a desenvolve, em particular nos capítulos 2 e 7.

Subjaz, pois, às relações laborais uma dimensão relacional que envolve actores individuais ou colectivos numa actividade de trabalho ou com ele relacionada, segundo diferentes níveis de análise: global, societal, organizacional, grupal, interaccional e individual⁶.

Por último, relativamente ao registo *disciplinar*, a nossa posição é de distanciação face às discussões em torno do que poderá ser considerado o objecto de análise «próprio» de uma sociologia do trabalho, de uma sociologia das relações industriais... Preferimos admitir que a sociologia das relações laborais não tem, em boa verdade, um objecto de conhecimento próprio e autónomo, estudando o fenómeno trabalho na sua totalidade e nas suas interacções com diferentes factores – sociais, políticos, culturais, económicos – e espaços estruturais – cidadania, doméstico, mercado, comunidade, mundialidade – (Santos, 1995a). Concebemos esta perspectiva como um «projecto científico interdisciplinar»⁷ que se constitui a partir de temas entendidos como «galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros» (Santos, 1997: 47). Torna-se, assim, inevitável referir o pluralismo metodológico como tomada de posição contra o paradigma dominante e a lógica positivista que sustentam a radical separação entre o sujeito do conhecimento e o seu objecto na base dos princípios do descritivismo, determinismo e cienticismo.

No quadro da «viragem normativa»⁸ nas ciências sociais, e perante a gravidade social e humana dos problemas que se colocam na actualidade, assume-se que um dos objectivos da reflexão crítica sobre o mundo do trabalho é o de desenvolver uma teoria democrática das relações laborais. Em definitivo, a objectividade não se confunde com a neutralidade.

De entre os estudos que, no quadro de uma sociologia da sociologia, têm procurado desenvolver sínteses versando o

**Da obra
feita...**

⁶ A discussão dos níveis de análise nas ciências sociais tem conhecido diversos matizes, sendo de realçar o contributo da sociologia e da psicologia social. A nossa abordagem está próxima dos trabalhos de Doise (1982), Ritzer (1992), Santos (1995a) e Reed (1997), entre outros.

⁷ Neste sentido, sentimo-nos mais próximos da perspectiva das «relações industriais», que sustenta de uma forma consequente a interdisciplinaridade, do que da «sociologia do trabalho», que tende a alimentar discussões sobre as fronteiras disciplinares.

⁸ Em Ferreira (1996a) encontra-se um levantamento dos contornos deste debate, bem como a identificação dos seus principais protagonistas.

tema das relações laborais são de destacar os trabalhos de Rodrigues e Lima (1987), Rodrigues (1988), Lima (1991), Stoleroff (1992b), Freire (1993; 1998) e Rosa (1998), os quais aparecem por norma enquadrados pelas investigações realizadas em «sociologia do trabalho». Numa linha de análise semelhante, procuramos realizar uma síntese dos trabalhos dos últimos vinte anos, ainda que, de acordo com os pressupostos explicitados, o nosso ponto de partida se prenda com um registo interdisciplinar, sendo maior a nossa preocupação com temas do que com disciplinas. Por isso, procedemos a uma pesquisa nas principais revistas portuguesas de ciências sociais, concedendo uma atenção especial a quatro delas: *Análise Social*, *Sociologia – Problemas e Práticas*, *Organizações e Trabalho* e *Revista Crítica de Ciências Sociais*⁹. Não obstante serem produto de contextos históricos, sociais, culturais e institucionais distintos ou de poderem apresentar, nalguns casos, vocações mais especializadas¹⁰, estas revistas permitem-nos um olhar sobre a diversidade de estudos publicados.

É no quadro desta diversidade, e porventura como reflexo dela, que podemos mencionar, segundo uma exposição aleatória, algumas das especificidades que foram moldando o sistema de relações laborais português, a saber: uma sucessão rápida e a coexistência de diferentes modos de regulação político-social; uma débil institucionalização dos conflitos entre capital e trabalho; um modelo pluralista e competitivo a marcar as relações entre sindicatos; uma forte politização dos processos de negociação das condições de trabalho; uma indissolúvel ligação do movimento sindical ao sistema partidário; uma dessincronia entre o movimento sindical português e o europeu; uma forte centralidade do Estado na regulação da relação entre capital e trabalho, evidenciada quer por uma aplicação selectiva ou por uma não aplicação da normatividade laboral – *Estado paralelo* (Santos, 1993) –, quer por um padrão de relacionamento diferenciado com os parceiros sociais – *Estado heterogéneo* (San-

⁹ Outras revistas analisadas foram as seguintes: *Cadernos de Ciências Sociais*; *Economia e Sociologia*; *Fórum Sociológico*; *Sociedade e Trabalho*. Apesar do seu interesse, as revistas *Direito e Estudos Sociais* e *Questões Laborais* não são analisadas no âmbito deste artigo. Convém ainda notar que esta atenção concedida às revistas não dispensou, claro está, a referência a um conjunto de livros de base, também eles fundamentais para um melhor esclarecimento sobre o «estado da arte» das relações laborais em Portugal.

¹⁰ Como é o caso de *Organizações e Trabalho* ou de *Sociedade e Trabalho*.

tos, 1993) –, quer inclusive pela procura, por parte dos parceiros sociais, da intervenção estatal; e, por último, mas que poderia ser primeiro, uma forte heterogeneidade do mercado de trabalho, que não pode dissociar-se de factores como: a tardia industrialização; o forte peso do emprego em sectores tradicionais; a conexão do emprego à utilização de mão-de-obra intensiva associada a um sistema produtivo marcado pela dependência tecnológica e pela subcontratação internacional; ou ainda os débeis padrões de qualificação/formação profissional.

Não esquecendo o peso destas especificidades/vulnerabilidades, identificámos as linhas de investigação segundo um critério de regularidade, ainda que procurando distanciar-nos quer de um *grau mínimo de inclusão*, quer de um *grau máximo de exclusão*. A identificação de regularidades assentou também, para além da pesquisa em revistas e livros de base, numa selecção de palavras-chave: trabalho; relações laborais/relações de trabalho/relações industriais; associação/organização de interesses; sindicalismo/sindicatos; participação; discriminação; resolução de conflitos; concertação social/negociação colectiva. Como resultado desta pesquisa e de outras «(re)descobertas» entretanto realizadas, chegámos a uma concatenação das análises sobre relações laborais em cinco temas principais: 1) olhares temporais e contextuais sobre o movimento operário (dentro desta classificação, identificámos três subdomínios muito interligados: a) acção operária nas empresas; b) modelos de (auto)gestão/controlo operário; c) construções identitárias, participação e democratização); 2) dinâmicas organizacionais e mutações tecnológicas; 3) diferença sexual e relações na produção; 4) trabalho / (des)emprego; 5) institucionalização do diálogo social.

Da variedade de abordagens sobre relações laborais, seleccionámos alguns temas cujo tratamento e entendimento não pode, todavia, ser totalmente autonomizado. A análise do movimento operário originou estudos sobre a sua *origem, composição, evolução, identidade, consciência, ou conexões com a acção política*, que tenderam a privilegiar a sua componente histórica. As lutas operárias ocorridas entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as intertextualidades entre a classe operária e a acção política ou entre aquela e o desenvolvimento da indústria moderna, sem esquecer os contributos da imprensa operária ou ainda outras importantes fontes de história oral, documental ou bibliográfica, são alguns dos exemplos desse denominador

comum temporal de olhares sobre o operariado português no início dos anos oitenta¹¹.

Esta visão estruturante sobre a história do movimento operário – *olhares temporais* – surge articulada com alguns estudos da segunda metade dos anos setenta incidindo sobre *loci* concretos de afirmação operária no contexto de transformações políticas, sociais e económicas saídas do 25 de Abril de 1974. Referimo-nos aos *olhares contextuais* sobre o movimento operário, isto é, às dinâmicas específicas de *acção operária* – envolvendo uma recolha dos principais temas e práticas de reivindicação e negociação e, portanto, a um vasto leque de objectivos temáticos dos operários – nas *empresas* marcadas por fortes conflitos sociais como foi o caso da Lisnave (Patriarca, 1977; 1978; Lima *et al.*, 1977b; Ferreira, 1985)¹². Em estreita sintonia com estes trabalhos poderíamos mencionar as reflexões, empiricamente alicerçadas, relativas aos modelos, formas e processos de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas. Este interesse pela (*auto*)gestão/controlo operário é concretizado quer pela análise de documentos – que abordam o «controlo operário» e o «controlo da produção» numa perspectiva ampla, ou que se debruçam sobre as propostas da sua aplicação ao nível sectorial e empresarial –, quer pela análise concreta das relações de poder entre trabalhadores (e seus representantes) e patronato nas empresas que foram objecto de intervenção estatal (Patriarca *et al.*, 1976a; 1976b; Lima *et al.*, 1977a; Barreto, 1977; Namorado, 1986). Trata-se de estudos que se destacam pela atenção concedida às transformações políticas resultantes do 25 de Abril de 1974 e que, conseqüentemente, «obrigaram» a um olhar sobre as implicações decorrentes das alterações registadas nas estruturas empresariais, estruturas que se pretendiam agora perspectivadas mais de um ângulo humanizador e democratizador das relações labo-

¹¹ O número tripló 67/68/69 da *Análise Social*, dedicado ao «Movimento Operário em Portugal», sob coordenação de Maria Filomena Mónica e Maria de Fátima Patriarca, é um dos exemplos desse tipo de estudos. No entanto, deve salientar-se que a maior parte destes artigos aparece de forma concentrada e não de forma muito reemergente. Segundo Rodrigues e Lima (1987: 134), entre 1974 e 1981, essa escassez de estudos sobre a formação da classe operária levou a que a «sociologia histórica das classes trabalhadoras» passasse a constituir uma das matérias adoptadas por alguns estabelecimentos de ensino universitário. Ainda assim, são de assinalar algumas obras importantes sobre a história do movimento operário como as de Oliveira (1974), Costa (1979), Cabral (1977), Fonseca (s/d), Sá (1991), Mónica (1982), Patriarca (1995).

¹² Sobre este registo conflitual que acompanhou a acção operária nas empresas, saliente-se, em especial, o estudo pioneiro de Santos *et al.* (1976).

rais, ao sabor das exigências de transformação da própria sociedade.

Na década de oitenta, este tipo de estudos parece ter conhecido uma relativa estagnação, sendo de realçar, na década de noventa, algumas investigações sobre construções identitárias e análise das relações de poder em sectores ou indústrias da economia nacional (Bernardo, 1993; Pinto e Queiroz, 1996; Estanque, 1992; 1993). Tais investigações, que têm lugar num quadro de culturas locais, permitem, em simultâneo, tirar ilações sobre as formas de participação laboral no local de trabalho. Segundo João Freire, o tema da «participação, cidadania e democratização» no interior das organizações de trabalho conheceu uma regressão nos discursos e nas práticas, atestada pela «diferença do tom predominante na escrita dos autores», pela fraca aposta em «experimentações organizacionais fundadas na participação» (Freire, 1998: 301), ou ainda, de modo mais palpável, pela ausência de projectos legislativos ou sociais sobre a participação dos trabalhadores nos resultados financeiros da empresa. A confirmação, na presente década, da «participação» como uma palavra-chave da ideologia da competitividade, levou a situações paradoxais, em que a empresa é vista como um espaço potencial de afirmação da cidadania, ao mesmo tempo que há muitos cidadãos a quem é vedado o direito ao trabalho. Isto é, apesar de «um certo consenso acerca da necessidade de promover a participação, manifesto na grande divulgação e manifestação das suas formas, a participação de facto pode não aumentar. Paradoxalmente, a promoção da participação de acordo com os objectivos subjacentes, pode resultar numa mera participação formal levando à apatia ou, até, aumento da pressão e controlo sobre indivíduos e grupos, resultando na perda da sua autonomia» (Kovács, 1994: 27)¹³.

¹³ Consultem-se igualmente outros artigos do nº 12 da revista *Organizações e Trabalho*, consagrado quase por inteiro ao *dossier* temático «A Participação nas Organizações». Assinale-se ainda que esta diminuição da participação laboral nos espaços organizacionais – segundo Naumann (1995: 65-66), a mais baixa da União Europeia – parece correr de par com uma quebra nas formas de participação social. Como refere Mozzicafreddo (1997: 201), instituições intermédias como associações sócio-profissionais e económicas, grupos e associações culturais ou mesmo algumas instituições públicas de nível local e regional exemplificam essa diminuição. Esta situação pode ser interpretada como reflectindo uma transposição «natural» de uma individualização geral das relações sociais (inerentes ao espaço da cidadania) para uma individualização geral das relações laborais (típicas do espaço da produção). Acrescente-se ainda que, por efeito desta tendência, não será despendendo registrar as modifi-

Um tema que marca também claramente as relações laborais a partir da segunda metade da década de oitenta, bem como a transição para a década de noventa, são as *dinâmicas organizacionais analisadas em conjugação com as mudanças tecnológicas*¹⁴. Essa é, de resto, uma ênfase acentuada pela revista *Organizações e Trabalho*, desde o seu primeiro número. Contam-se mais de uma dezena de contributos para o tema só naquela publicação, dos quais destacaríamos, entre outros, os seguintes títulos com ligações entre si: «mudanças / inovações tecnológicas e organizacionais em Portugal» (Moniz, 1989; Ferreira, 1991; Lisboa, 1992), «introdução de novas tecnologias de automação industrial em PME's» (Teixeira, 1989), «aplicação de robots em Portugal» (Moniz, 1990), «novos modelos de produção empresarial» (Kovács, 1990; 1996/97), «influências das novas tecnologias na organização do trabalho» (Serra, 1996/97), ou ainda vários trabalhos sobre a articulação entre «modernização organizacional» versus «participação laboral» (Kovács, 1989; 1994; Cristovam, 1989; Teixeira, 1994; Moniz, 1994). Ainda que este último conjunto de textos possa ser entendido como um contributo válido para a discussão em torno da «parte mais fraca» numa organização, isso não apaga, como acima se deixou antever, quer a fraca capacidade organizativa dos trabalhadores nos locais de trabalho, nomeadamente quando organizados sindicalmente (Stoleroff, 1995a), quer a persistência de factores de resistência à mudança que indivíduos ou grupos accionam quando as organizações em que trabalham se encontram sujeitas a processos de modernização no seu sistema organizativo (Ganhão, 1995). Poderia então dizer-se que «ao esforço de actualização tecnológica e económica não correspondeu uma atenção nem resultados idênticos quanto às dimensões sociais e culturais dos processos de mudança» (Freire, 1998: 304-305).

Um outro modo de olhar para os processos que regulam a relação entre trabalhadores na produção prende-se com a predisposição para analisar os diferentes contornos das *desigual-*

cações progressivas operadas em certas modalidades de actividade, como o «trabalho independente», que traduz uma autonomização do trabalho fora de um quadro tradicional de relações laborais. Sobre este assunto, cf. Freire e Varanda (1992), Freire (1994; 1995).

¹⁴ Para uma análise recente e aprofundada dos processos de enquadramento das mutações empresariais e dos factores que condicionam os progressos e os atrasos na percepção de uma lógica modernizadora, consulte-se Freire (1998), em particular as páginas 285 a 300.

dades/discriminações sob o ângulo da problemática da diferença sexual. Pode afirmar-se, em boa verdade, que o incremento da produção científica neste domínio acompanhou o quadro geral de feminização da população activa portuguesa das últimas décadas, que se compreende em articulação com outros processos de mudança estrutural da sociedade portuguesa, tais como as recomposições operadas ao nível das relações familiares, estilos de vida, escolarização e estatuto social das mulheres (Rodrigues, 1991a; Almeida *et al.*, 1994, Machado e Costa, 1998). De entre um vasto leque de tópicos dedicados ao «trabalho feminino»¹⁵, grande parte deles escritos por mulheres e procurando chamar a atenção para as situações em que o mercado de trabalho as colocou, vale a pena destacar, entre outros, os seguintes: «mulheres e função empresarial» (Rodrigues, 1989; 1991b), «identidades sexuais e competência tecnológica» (Ferreira, 1991), «emprego feminino: potencialidades, vulnerabilidades e padrões de segregação» (Perista e Lopes, 1991; Rosa, 1991; 1998; Ferreira, 1993; Estanque e Mendes, 1998), «família e trabalho» (Sousa, 1991), «assédio sexual no trabalho» (Amâncio, 1991), ou ainda recortes gerais mais recentes sobre a «condição feminina, sua situação e paradoxos» (Cabral, 1997; Ferreira, 1998; nº 50 da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, dedicado a «Mulheres, mobilidade e cidadania», 1998), dos quais se podem recolher ilações em matéria de relações laborais.

Trabalho, emprego/ desemprego constitui um outro eixo de reflexão científica que se vem tornado objecto de inúmeros estudos, alguns já indirectamente invocados atrás quando aquelas palavras-chave apareciam plasmadas por recortes sócio-históricos, modernizadores ou de diferença sexual, permitindo a combinação de uma multiplicidade de temáticas. Não se afigura tarefa fácil a selecção de reflexões sobre «trabalho e emprego»¹⁶, havendo, em nosso entender, dois motivos a concorrer para que assim seja: por um lado, tais reflexões são, afinal, a expressão concreta de uma atenção que recai sobre as «relações laborais» e que, como atrás ficou dito, nos convoca para um leque de temas, problemas e cru-

¹⁵ Assim se intitulou o *dossier* temático organizado pela *Organizações e Trabalho*, 5/6 (1991); atente-se igualmente no painel «mulheres e trabalho», resultante do colóquio «Mulheres em Portugal», realizado em meados da década oitenta, e com sistematização de resultados na *Análise Social*, 92/93 (1986).

¹⁶ É de saudar o recente lançamento da revista «Sociedade e Trabalho» (Outubro de 1997), editada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, e particularmente vocacionada para a divulgação de informação e produção científica nos domínios do «emprego, formação e trabalho».

zamentos mais amplo; por outro lado, como lembra Stoleroff (1992a), não podem esquecer-se as próprias dificuldades em delimitar o objecto «trabalho», que, de resto, nos leva a olhá-lo como «algo de abstracto, fugidio e ilusório» (Freire, 1997: 12). Nessa medida, não se poderá falar num consenso entre sociólogos relativamente ao valor do trabalho nas sociedades contemporâneas (Oliveira, 1993). Em todo o caso, mesmo correndo riscos de alguma imprecisão, julgamos que a partir da diversidade pode ser feita uma agregação de estudos, por sinal quase todos produto da presente década. Este facto poderá ser interpretado como um reflexo de uma preocupação central partilhada por políticos, sindicalistas, cientistas e, naturalmente, cidadãos, por toda a União Europeia – o desemprego – ou então tão-só como reflexo da existência de diversas formas de precarização das relações de trabalho que ou vão de par com o problema do desemprego ou estão simplesmente aptas a revelar-se como seu substituto funcional. A referida agregação pode ser exposta seleccionando os seguintes tópicos: «trabalho e exclusões» (Ávila *et al.*, 1992; Reis, 1998; Capucha, 1998); «qualificação/formação» (Catarino, 1992; Rosa, 1996; Suleman, 1997; Soares, 1997; Pimenta, 1998), «sistema de emprego/mercado de trabalho e relações laborais: transformações, problemas e perfis profissionais (Rodrigues, 1988; Lima, 1991; Salavisa, 1991; Reis, 1992; Lima *et al.*, 1995; Gonçalves, 1993; Suleman, 1993; Dias, 1997; Moura, 1997; Martins, 1997), «condições de trabalho» (Kovács, 1992; Moniz, 1992; Pereira *et al.*, 1992; Graça, 1992; Rabanal e Delgado, 1992; Pinto, 1996), «atitudes/representações perante o trabalho» (Kovács e Moreno, 1992; Roseta, 1993; Pais, 1991; 1998).

Por último, mas não menos importante, a referência a um conjunto de artigos sobre os processos de *institucionalização do diálogo social* em Portugal, contribui também para definir os contornos das relações laborais em Portugal. Neste âmbito incluem-se as discussões sobre o fenómeno da concertação social/pacto social/negociação colectiva¹⁷, ainda que saibamos que elas nos convocam para escalas de regulação distintas, bem como os artigos relativos ao modelo/padrão específico de «relações industriais», no âmbito do qual é usual destacar a acção do sindicalismo. Pela importância que desempe-

¹⁷ Relativamente à problematização em torno da ideia de «pacto social» bem como a um levantamento das origens da contratação colectiva em Portugal, são de destacar, no final dos anos setenta, princípios dos anos oitenta, os trabalhos de Barreto (1978; 1980; 1981; 1982).

nharam nos países centrais, os processos de concertação, materializados na celebração de pactos sociais/acordos de concertação / negociação colectiva, constituíram um elemento fundamental das relações entre o Estado e os parceiros sociais do pós-Guerra. Entre nós, porém, tal processo revelou-se tardio, não permitindo a verificação nos mesmos moldes de aplicação dos registados nesses países, nem confirmar existência de um verdadeiro Estado-Providência (Santos, 1987; 1993). A criação dos principais órgãos de concertação social na década de oitenta (o Conselho Permanente de Concertação Social, em 1984, e o Conselho Económico e Social, em 1989), não obstante ter tido lugar numa conjuntura economicamente adversa, marcou o arranque do diálogo social no nosso país. Neste sentido, destacaram-se estudos orientados para uma caracterização dos vários níveis e formas de concertação social verificados em Portugal, bem como para uma contextualização do papel das instituições de concertação referidas e do papel tripartido dos actores (Estado, capital e trabalho) neles envolvidos (Marques e Ferreira, 1991; Pinto, 1991; Costa, 1993; 1994), ou ainda estudos sobre a evolução das características, do significado e da eficácia dos mecanismos de concertação (acordos de concertação social) com as correspondentes implicações em termos de processos de negociação colectiva (Mozzicafreddo, 1994; 1997; Rodrigues, 1996; Ferreira, 1993; 1994; 1996b; Lima e Naumann, 1997). Um destaque especial merecem igualmente os trabalhos de Alan Stoleroff sobre o padrão emergente de «relações industriais», inicialmente mais orientados para as articulações entre relações industriais e sistema político num quadro de conjunturas de incerteza e instabilidade (Stoleroff, 1988; 1990), tendo evoluído para um conjunto de preocupações relativas aos contextos de regulação das relações laborais ao nível da empresa (Stoleroff, 1995a; 1995b; Stoleroff e Casaca, 1996).

Refira-se ainda que a maior parte das exposições dos contornos que as relações laborais foram adquirindo em Portugal tende a obedecer a uma estrutura que passa pela apresentação e caracterização do perfil dos principais actores que compõem esse padrão – com destaque especial para as associações sindicais¹⁸ – acompanhada de contextualizações das conjunturas económicas e sócio-políticas e de indi-

¹⁸ Atente-se, por exemplo, nos trabalhos mais aprofundados sobre a formação do sindicalismo contemporâneo e transformações registadas nas suas formas de associativismo (Cerdeira e Padilha, 1988; Barreto, 1991; Lucena e Gaspar, 1991).

cadores de situação laboral (Pinto, 1990¹⁹; Barreto, 1992; Naumann e Stoleroff, 1996; Barreto e Naumann, 1998). É igualmente em articulação com estes cenários que são equacionadas as discussões a propósito da crise do sindicalismo, frequentemente abordadas nos artigos sobre avaliação da quebra das taxas de sindicalização (Cerdeira e Padilha, 1990; Lima e Oliveira, 1990; Lima e Oliveira, 1990; Stoleroff e Naumann, 1993; Ribeiro *et al.*, 1994; Stoleroff, 1995b; Cerdeira, 1997a; 1997b).

154

**... à
laboração
emergente**

Nesta secção, reserva-se espaço para a identificação de pistas de investigação emergentes, tarefa justificável na medida que as regularidades assinaladas escondem atrás de si «ausências» ou presenças pouco coesas. Segue-se, por isso, um breve levantamento de temas sobre os quais, do nosso ponto de vista, poderá recair um renovado interesse, bem como um abrir de perspectivas de análise para o futuro a partir das quais um novo rumo das linhas de investigação em matéria de relações laborais possa ser delineado.

A confirmação de uns e a identificação de outras não podem desligar-se de um conjunto de tendências em curso um pouco por toda a Europa que têm levado a transformações nas relações laborais: uma reestruturação sectorial e ocupacional do emprego; um mercado de emprego mais vulnerável e acompanhado, em muitos países, de uma nova e inexorável investida do desemprego de massa; a intensificação das formas de competição global, acompanhada de uma reestruturação do capital transnacional; uma «crise fiscal» do emprego público, que em muitos países registara uma rápida expansão nas primeiras décadas do pós-Guerra e alimentara padrões distintos de relações laborais; a opção por políticas públicas neoliberais; o aumento da exclusão social e o recolocar de «novas questões sociais»; a expansão da economia informal; o aumento das formas de trabalho precário; a crise generalizada dos mecanismos de protecção social.

Ponderando, pois, a incidência de tais tendências na realidade portuguesa, os principais temas (que, afinal, assumem

¹⁹ Em trabalho anterior, Pinto (1989) traça mesmo um dos mais exaustivos retratos das «relações industriais» em Portugal, onde discute, de forma juridicamente fundamentada e à guisa de «modelo», quatro grandes questões: o sistema sindical; a organização dos trabalhadores na empresa; a negociação colectiva; e os conflitos colectivos de trabalho. Cf. igualmente o mais recente glossário de direito do trabalho e relações industriais elaborado por Pinto *et al.* (1996).

a forma de combinações temáticas) que justificariam uma atenção dos cientistas sociais interessados no estudo das relações laborais são, entre outros, os seguintes: Estado e regulação de conflitos; globalização e participação; emprego e qualificação; flexibilidade e tempo(s) de trabalho.

A forte centralidade do *Estado* na regulação da relação entre parceiros sociais (capital e trabalho) a que aludimos na segunda parte deste artigo, justificava, a nosso ver, mais atenção para além da que Santos (1987; 1990; 1993; 1994; 1995a)²⁰ lhe concedeu. Na linha de pensamento deste autor, poderíamos salientar que, no quadro da transição democrática saído do 25 de Abril, o Estado português, por meio de uma «normalização contratual», pressupôs a concessão de uma maior autonomia aos parceiros sociais e, conseqüentemente, uma maior predisposição destes para negociarem e firmarem acordos de concertação social, embora isso chocasse com um duplo défice da sociedade portuguesa em termos laborais: défice tanto da capacidade associativa das associações de interesses, como das práticas de contratualização. Daí o paradoxo de a «normalização estatal» ter estimulado a «normalização contratual» (Santos, 1993: 34), pois era o Estado português que estabelecia e controlava os termos do diálogo e concertação com os parceiros sociais. Tal procedimento converteu-se numa realidade *de facto* mesmo antes da institucionalização formal do diálogo social em Portugal, no final dos anos setenta, com a criação da UGT (Lima, 1991; Santos, 1993; Costa; 1993; 1994). Posteriormente, ao longo das década de oitenta e noventa os acordos de concertação social entre Estado e parceiros sociais vieram confirmar esta «regra contratual», atestada pela prediposição preferencial para a negociação de acordos de concertação social com certos actores do lado do trabalho, nomeadamente com a UGT ou com os seus sindicatos.

Ainda em articulação com a capacidade reguladora do Estado, poderíamos mencionar os trabalhos de Ferreira (1993; 1994; 1998b) sobre o estudo dos processos de institucionalização dos mecanismos de *resolução dos conflitos* de trabalho individuais e colectivos e de juridificação das relações laborais. A nosso ver, o estudo de tais processos

1.

155

²⁰ Refira-se também o trabalho de Mozzicafreddo (1997), em particular o capítulo 4, onde avalia o papel do Estado na organização social, através das políticas públicas de regulação do mercado laboral.

merece ser reavivado por permitir destacar (confirmar) outras especificidades da articulação entre Estado e sociedade civil no plano das relações laborais. A constatação de que existe uma estrutura de conflitualidade laboral «ausente» ou pouco expressiva na sociedade portuguesa conduz, por outro lado, à análise dos contextos e situações sociais que concorrem para a sua ocultação. Exemplos de potenciais fontes de conflitualidade que configuram situações de procura suprimida dos direitos e justiça laborais encontramos-os na precaridade da «estrutura contratual laboral» (Ferreira, 1998a), na inefectividade dos direitos laborais, na desestruturação das identidades jurídico-profissionais e nas múltiplas formas de discriminação laboral.

De igual modo, merecem também especial atenção estudos sobre matérias como as seguintes: falsos despedimentos colectivos; constrangimentos nos processos de reformas antecipadas e rescisões de contratos por mútuo acordo; falências fraudulentas; eficácia das sentenças judiciais; salários em atraso; etc. A pertinência analítica destas questões decorre do facto de convocarem dimensões centrais da relação Estado/ sociedade civil, como sejam: justiça laboral; discrepância *law in books / law in action*; padrões de legalidade / ilegalidade; etc. Importa, por outro lado, investigar os impactos sócio-jurídicos decorrentes da existência de zonas de inclusão / exclusão fomentadas pela própria estrutura do direito do trabalho, sobretudo num momento de crise da relação salarial fordista e do paradigma clássico do direito do trabalho que lhe está associado.

2. Quando cruzado com as relações laborais, o tema da *globalização / transnacionalização* da vida social mereceu igualmente poucas reflexões²¹. Na verdade, foi pela óptica da liberalização dos mercados financeiros, da reestruturação das economias ou da pujança das empresas multinacionais que este tema suscitou maior interesse. Em nosso entender, o desafio de uma globalização das relações laborais que sirva de contrapeso à globalização dominante encontra-se na ordem do dia. Este desafio é tanto mais urgente, quanto hoje se reconhece que o projecto de edificação de uma «Europa Social», no âmbito do qual se definem os contornos de um

²¹ Salientaríamos, por exemplo, os trabalhos de Oliveira e Dias (1990) e de Costa (1996a; 1997; 1998), orientados para a discussão dos novos desafios sindicais no quadro de uma progressiva integração europeia.

«modelo social europeu», tem sido atravessado por contrariedades inerentes às dificuldades em promover uma desvinculação do marco de regulação nacional. Ou seja, a harmonização entre sistemas de relações laborais na Europa tem sido suplantada pela conservação das diversidades nacionais. Nesse sentido, autores como W. Streeck, F. Traxler ou P. Schmitter, entre outros, têm vindo a sustentar ao longo da presente década que uma crescente europeização das relações laborais não é sinónimo de desnacionalização. Em todo este processo, foi-se acentuando o desequilíbrio de poderes entre Estado, capital e trabalho, não só porque a competição empresarial permite o reforço do poder das empresas nas suas relações com os sindicatos e governos (Streeck, 1992; Hyman, 1994), como por não existir um contrapoder sindical, político ou social face aos «negócios internacionais» (Blainpain, 1992), ou ainda porque os sindicatos sofrem uma dupla e contraditória pressão ao mesmo tempo local e transnacional (Santos, 1995b).

A nosso ver, é neste contexto de adversidade (euro-pessimismo) em que a globalização, pelas suas ameaças, armadilhas ou contradições práticas, enleia as relações laborais, que merece a pena estimular de novo o tema da *participação*, a que acima fizemos referência como estando em perda. Conjugado com a globalização, ou por reacção a ela, este tema reconduz-nos a possíveis harmonizações entre formas nacionais de representação no local de trabalho. Referimo-nos, em concreto, à Directiva 94/45/CE, de 22/9, visando a constituição de um conselho de empresa europeu ou de um procedimento de informação e consulta dos trabalhadores nas empresas ou grupos de empresas de dimensão comunitária²². Mesmo atendendo ao efeito perturbador das diferenças nacionais na aplicação do estatuto dos conselhos de empresa europeus (Streeck, 1998: 445), ou por exemplo ao facto de, no caso português, o *draft* de diploma legal sobre a matéria levar demasiado tempo a ser transposto²³, e ser redu-

²² Isto é, empresas que empreguem mil ou mais trabalhadores nos Estados-membros da UE e que em pelos menos dois Estados-membros diferentes empreguem um mínimo de 150 trabalhadores em cada um deles. Para uma análise mais desenvolvida desta discussão, cf, em especial, os trabalhos produzidos no contexto português por Simões (1996), Costa (1996b) e Leite *et al.* (1996).

²³ No momento em que redigimos este texto (Janeiro de 1999) está prestes a ser discutida uma proposta de lei do Governo relativa à eleição dos membros para os Conselhos de Empresa Europeus, ainda que o prazo para a sua transposição tivesse terminado em Setembro de 1996.

zido o número de «empresas-mãe»²⁴ coberto pelos objectivos da empresa, é vasto o rol de matérias sobre que pode incidir a informação e consulta dos trabalhadores: estrutura das empresas; situação económica e financeira; evolução provável das actividades, produção e vendas; situação e evolução provável do emprego; financiamentos; alterações organizacionais; introdução de novos métodos de trabalho ou de novos processos de produção; transferências de produção; fusões, redução da dimensão ou encerramento de empresas ou de partes importantes de estabelecimentos; despedimentos colectivos. Esta lista de tópicos parece-nos importante, não só pelas possibilidades de relacionamento entre capital e trabalho que, em si mesmo, engendra, como, pelo facto de o seu sucesso eventual poder vir a ser maximizado mediante a «transposição» para outros *loci* de afirmação laboral, isto é, para empresas de mais reduzida dimensão, pois, afinal, o que está em causa é «a garantia de um direito dos trabalhadores individualmente considerados» (Leite *et al.*, 1996: 30).

O interesse pelo tema participação pode ainda sair reforçado sempre que perspectivado do ponto de vista da interpenetração entre o espaço da cidadania e o espaço da produção. Nestes termos, deveria fomentar-se o estudo das relações laborais nos diferentes espaços públicos e privados onde ocorrem práticas de negociação, concertação bipartida e tripartida, auto-regulação, ou regulação colectiva dos conflitos sociais. Desta forma, poderá aferir-se, uma vez mais, da democraticidade do relacionamento entre o Estado e os parceiros sociais, enquanto actores da regulação sócio-política do trabalho. Nomeadamente, quando estão em jogo tópicos como: a produção de normas laborais – participação na elaboração da legislação do trabalho; participação nos organismos de concertação social; e exercício do direito de contratação colectiva –; e a aplicação de normas – participação na gestão das instituições da segurança social e outras organizações que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores (como sucede com o IDICT, com as comissões incumbidas de elaborar PRT's, com os processos de conciliação, etc.); participação na administração da justiça; participação nos conselhos de saúde, segurança e higiene no trabalho; participação nos processos de despedimento, etc.

²⁴ De acordo com recentes informações do Instituto Sindical Europeu, só três empresas com sede em Portugal são abrangidas: Caixa Geral de Depósitos; Cimentos de Portugal; Companhia Ibérica da Distribuição (ETUI; 1998: 45).

3.

O tema do *emprego* reforçar-se-á, por sua vez, em grande parte como reflexo das inseguranças que, com crescente acuidade, perpassam o mercado de trabalho. Com efeito, o leque de alternativas que se colocam aos trabalhadores de uma *sociedade global* é cada vez mais reduzido e unidireccional. A atestá-lo está o facto de a opção «emprego» adquirir um significado fundamental, relegando para um plano cada vez mais secundário a opção «aumento mais emprego». Realizada em Março de 1997, a greve europeia na Renault constituiu um exemplo revelador disso mesmo. Esta greve foi considerada por grande parte da imprensa europeia como a primeira «eurogreve» da história, com uma mobilização de cerca de 100.000 trabalhadores, quando estava em jogo o despedimento de mais de 3000 operários da fábrica belga de Vilvoorde.

Desde a Cimeira Extraordinária sobre o Emprego realizada em Novembro de 1997 no Luxemburgo, o discurso dos políticos europeus passou igualmente a valorizar um novo *modus operandi* para as relações laborais, assente no conceito de «empregabilidade». Este conceito assenta na ideia de que, perante a constatação de uma imprevisibilidade praticamente impossível de controlar por parte dos cidadãos – de que o emprego apresenta condições de segurança numa determinada empresa ou sector –, é possível e desejável ir ao encontro de condições de controlo da vulnerabilidade do próprio mercado de trabalho, nomeadamente pela aquisição de melhores padrões de qualificação e formação ao longo da vida activa, daqui decorrendo, por conseguinte, uma maior previsibilidade, leia-se, uma maior segurança. Sem esse «elo vital a estabelecer entre a qualificação e o emprego, *vide* empregabilidade, a passagem à sociedade do conhecimento será fonte de novas e profundas desigualdades entre as pessoas, regiões e países» (Rodrigues, 1997). Em Portugal, por exemplo, é enorme o défice de qualificação escolar e profissional por comparação à média europeia, pois «65 por cento da população empregada portuguesa não dispõe de escolaridade básica, quando esta percentagem é apenas de 27 por cento na média europeia» (Rodrigues, 1997). Outros dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade confirmam que Portugal «é o parceiro europeu com uma proporção mais elevada do emprego no nível educativo baixo: 75,4% do total. Em relação ao nível educativo médio, Portugal apresentava também em 1996 a proporção mais baixa de todos os Estados-membros: 12,5%» (Ministério do Trabalho e

da Solidariedade, 1998: 16). Pelas preocupações estratégicas que encerram, os objectivos gerais do Plano Nacional de Emprego – promoção de uma transição adequada dos jovens para a vida activa; promoção da inserção sócio-profissional dos desempregados acompanhado do combate ao desemprego de longa duração e à exclusão; melhoria de uma qualificação de base e profissional da população activa numa perspectiva de formação ao longo da vida; uma gestão preventiva e acompanhamento dos processos de reestruturação sectorial –, postos em prática em Julho de 1998, estarão, pois, na ordem do dia, sendo aliciante estudar e avaliar a sua eficácia no contrariar da presença estrutural de *outsiders* como os desempregados de curta e longa duração, os trabalhadores migrantes, as minorias étnicas, etc.

O papel que, no futuro próximo, caberá à concertação social e aos seus mecanismos deverá, pois, passar igualmente por uma orientação nesse sentido, constituindo-se, assim, num espaço amplo de luta pela dignidade e qualidade de vida. Mesmo admitindo que «as funções que a concertação desempenha na estrutura do Estado-Providência parecem já não corresponder cabalmente à resolução de novos problemas, nomeadamente os fenómenos de exclusão social e de segmentação do mercado laboral» (Mozzicafreddo, 1997: 72), a celebração, em 20 de Dezembro de 1996, do Acordo de Concertação Estratégica 1996/99, poderá ser olhado, quer pelo horizonte temporal de médio prazo que incorpora, quer pelo amplo conjunto de matérias nele propostas, como um primeiro importante passo no sentido de reavivar as funções da concertação social. Mesmo que muitas das suas 300 medidas acordadas possam não estar ainda a ser cumpridas, não deve deixar de considerar-se o facto de esse acordo ter colocado a ênfase numa estratégia concertada para o emprego, a competitividade e o desenvolvimento, marcando claramente uma nova fase da institucionalização do diálogo social em Portugal.

4. Por fim, uma referência ao tema da *flexibilidade* que, na linha dos temas anteriores, marcará a agenda das relações laborais nos próximos tempos, embora não constitua totalmente uma novidade.

Presente nalguns dos artigos a que nos reportámos, a flexibilidade não é uma questão fácil, pois admite significados alternativos e até opostos. A flexibilidade é um conceito que nos remete simultaneamente para algo que é desejável e

para um preço a pagar, sendo difícil conferir-lhe um significado particular face às suas múltiplas conotações. Em primeiro lugar, a flexibilidade significa «eliminação de rigidez: por isso, dois factores que geralmente contribuem para a criar são a desregulação e a limitação das interferências governativas; muitos incluíram nela também o aligeiramento do peso fiscal sobre empresas e indivíduos» (Dahrendorf, 1996: 23). Porém, a flexibilidade acabou por se traduzir no enfraquecimento dos laços que pesam sobre o mercado de trabalho: «maior facilidade na aceitação do despedimento, possibilidade de aumentar e diminuir os salários, expansão dos empregos a tempo parcial e a prazo, mudança mais frequente de trabalho, de empresas e de lugar» (Dahrendorf, 1996: 23-24).

Em conjunto com o «amaciamento» dos processos de despedimento (individuais e colectivos) e com a precarização dos vínculos contratuais, a «gestão do tempo» é exemplo de um factor que condiciona decisivamente o mundo laboral, quer no que concerne às formas reivindicativas suscitadas em torno da redução dos diferentes tempos do trabalho (diário, semanal, anual ou de vida activa), quer no que diz respeito à ligação temporal cada vez mais inevitável entre o emprego, as actividades de lazer e a vida familiar. A progressiva diminuição do tempo de trabalho a que se assiste na generalidade dos países mais desenvolvidos traduz, com efeito, não apenas a redução do tempo semanal de trabalho, mas igualmente a existência de outros horários não tradicionais e de outras formas de intersecção entre mão-de-obra e emprego. A redução de 4% nos tempos de trabalho na indústria e nos serviços no conjunto dos países comunitários entre 1983 e 1991 atesta-o perfeitamente (Martins, 1997: 131). Segundo Figueiredo *et al.* (1997: 186-190), um dos aspectos que, apesar de incipiente, marcou o debate sobre a flexibilidade do mercado de trabalho na última década foi precisamente a redução das horas de trabalho, constituindo mesmo uma antiga reclamação dos trabalhadores portugueses, habituados a trabalhar em média mais horas por semana do que o resto dos trabalhadores europeus. Por sua vez, a Lei 21/96 de 23 de Julho, que veio estabelecer a redução dos períodos normais de trabalho superiores a quarenta horas por semana (conhecida por «Lei das 40 horas») revelou uma vez mais a forte oposição entre capital e trabalho, revelando estar longe de se converter, tanto pela interpretação como pela aplicação, numa matéria de consenso fácil. E, nos tempos que se

avizinham, semelhante situação se passará provavelmente com a efectivação de vários projectos legislativos que constam do «pacote laboral», cuja discussão entre o governo e os parceiros sociais se iniciou em Julho de 1998. De entre os que nos remetem para as formas de «gestão do tempo» e que têm suscitado animosidade entre parceiros sociais, destacamos os seguintes: flexibilização da idade da reforma; regime de férias; trabalho a tempo parcial; revisão do trabalho a termo; organização do tempo de trabalho; simplificação de procedimentos administrativos na organização do tempo de trabalho; trabalho temporário.

Como terá ficado claro, este artigo pretendeu constituir-se num contributo sociológico para o estudo das relações laborais em Portugal, arredadas que estiveram as pretensões de exaustividade analítica e de tratamento desenvolvido dos temas.

A perspectiva adoptada baseou-se no princípio de que o aprofundamento de um conhecimento sociológico simultaneamente crítico e profissionalmente competente é um desafio permanente à nossa condição de sociólogos. Ao aceitá-lo, expusemos a nossa agenda de investigação e as nossas preocupações, confrontando-as, implicitamente, com questões axiais do pensamento social crítico sobre o trabalho onde este se combina com a solidariedade, a cidadania, a democracia ou a justiça social.

Referências Bibliográficas

- Alexander, Jeffrey 1987 «On the Centrality of the Classics», in A. Giddens e J. Turner (orgs.), *Social Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 11-57.
- Almeida *et al.* 1994 «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», in António Reis (org.) *Portugal, 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 307-330.
- Amâncio, Lígia 1991 «Assédio sexual no local de trabalho – ‘crime’ ou ‘castigo’?», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 75-87
- Ávila, Patrícia *et al.* 1992 «Discriminação etária no trabalho: uma perspectiva psicossociológica», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 11, 123-133.
- Barbash, Jack 1984 *The Elements of Industrial Relations*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Barreto, José 1977 «Empresas industriais geridas pelos trabalhadores», *Análise Social*, 51, 681-717.
- Barreto, José 1978 «Modalidades, condições e perspectivas de um Pacto Social», *Análise Social*, 53, 81-107.
- Barreto, José 1980 «Sobre as origens da contratação colectiva», *Análise Social*, 64, 699-711
- Barreto, José 1981 «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)», *Análise Social*, 66, 253-291.
- Barreto, José 1982 «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)», *Análise Social*, 70, 183-213.
- Barreto, José 1991 *A Formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal (1968-1990)* (Tese de Doutoramento). Lisboa: ISCTE.
- Barreto, José 1992 «Portugal: Industrial Relations Under Democracy», in A. Ferner / R. Hyman (orgs.), *Industrial Relations in the New Europe*. Oxford: Blackwell, 445-481.
- Barreto, J.; Naumann, R. 1998 «Portugal: Industrial Relations Under Democracy», in A. Ferner / R. Hyman (orgs.), *Changing Industrial Relations in Europe*. Oxford: Blackwell, 395-425.
- Beck, Ulrich 1992 *Risk Society*. London: Sage.
- Bernardo, Joaquim 1993 «Perfis culturais numa empresa mineira», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, 73-89.
- BIT (Bureau International du Travail) 1998 *Rapport sur l'emploi dans le monde 1998-99: employabilité et mondialisation. Le rôle crucial de la formation*. Genève: OIT.
- Burawoy, Michael 1985 *The Politics of Production*. London: Verso.
- Cabral, Manuel Villaverde 1977 *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*. Lisboa: Presença/ Gabinete de Investigações Sociais.
- Cabral, Manuel Villaverde 1997 *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Caire, Guy 1991 «Des relations industrielles comme objet théorique», *Sociologie du Travail*, 3, 375-401.

- Capucha, Luís M. A. 1998 «Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergir», *Sociedade e Trabalho*, 3, 60-69.
- Catarino, Acácio F. 1992 «Qualificações – centro polarizador do mercado e políticas de emprego e recursos humanos», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 17-19.
- Cerdeira, 1997a *A evolução da sindicalização portuguesa de 1974 a 1995*. Lisboa: Ministério para a Qualificação e o Emprego.
- Maria Conceição Cerdeira, 1997b «A sindicalização portuguesa de 1974 a 1995», *Sociedade e Trabalho*, 1, 46-53.
- Maria Conceição Cerdeira, M. C.; 1988 *As estruturas sindicais portuguesas – Uma análise evolutiva de 1933 a Abril de 1987*. Lisboa: MESS.SICT (Estudos Série C Trabalho).
- Padilha, M. E. 1990 *A sindicalização e alguns comportamentos sindicais*. Lisboa: MESS.
- Cerdeira, M. C.; 1990 *A sindicalização e alguns comportamentos sindicais*. Lisboa: MESS.
- Padilha, M. E. 1993 *Os momentos da construção de um Pacto Social em Portugal. Incidência na relação Estado/UGT*. Coimbra: Faculdade de Economia (tese de licenciatura).
- Costa, Hermes Augusto 1994 «A construção do Pacto Social em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39, 119-146.
- Costa, Hermes Augusto 1996a «O movimento sindical português numa Europa Integrada», *Oficina do CES*, 71, 1-18.
- Costa, Hermes Augusto 1996b *Os Conselhos de Empresa europeus: na rota da 'fábrica global'?*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert.
- Costa, Hermes Augusto 1997 *Os desafios da globalização ao sindicalismo: contributos para uma perspectiva portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Economia (tese de mestrado).
- Costa, Hermes Augusto 1998 «A globalização do sindicalismo como desafio: a adesão da CGTP à CES», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, 69-107.
- Costa, Ramiro da 1979 *Elementos para a história do movimento operário em Portugal/1930-1975* (2º volume). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Cristovam, Maria L. 1989 «A participação dos trabalhadores na modernização da empresa em Portugal», *Organizações e Trabalho*, 1, 73-95.
- Dahrendorf, Ralf. 1996 *A quadratura do círculo: bem-estar económico, coesão social e liberdade política*. Lisboa: Edições 70.
- Dias, Mário Caldeira 1997 «Os serviços públicos de emprego. Actualidade e perspectivas», *Sociedade e Trabalho*, 1, 12-19.
- Doise, Willem 1982 «A mudança em Psicologia Social», in A.A.V.V., *Mudança Social e Psicologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Estanque, Elísio 1992 «Relações de poder no contexto industrial do calçado: o caso de S. João da Madeira», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 257-281.
- Estanque, Elísio 1993 «Poder, trabalho, e cultura local na indústria do calçado», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 261-281.
- Estanque, E; 1998 *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um Estudo Comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Mendes, J. M. O. 1998 *Multinationals Database: Inventory of Companies Affected by the EWC directive*. Bruxelas.
- European Trade Union Institute

- Ferner, A.;
Hyman, R. 1992 «Industrial Relations in the New Europe: seventeen types of ambiguity», in A. Ferner / R. Hyman, *Industrial Relations in the New Europe*. Oxford: Blacwell, xvi-xlix.
- Ferreira,
António Casimiro 1993 *Contributos para uma análise sociológica das formas de resolução dos conflitos colectivos de trabalho*. Coimbra: Faculdade de Economia (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica).
- Ferreira,
António Casimiro 1994 «O Estado e a resolução dos conflitos de trabalho», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39, 89-118.
- Ferreira,
António Casimiro 1996a «A análise metateórica no contexto da transição paradigmática», *Oficina do CES*, 86.
- Ferreira,
António Casimiro 1996b *Problemas actuais da contratação colectiva em Portugal e na Europa*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert.
- Ferreira,
António Casimiro 1998a *A justiça laboral numa perspectiva sócio-jurídica* (relatório de investigação). Coimbra: CES/CEJ.
- Ferreira,
António Casimiro 1998b «Da participação do Estado e da sociedade civil na resolução dos conflitos de trabalho», in AAVV, *Debate sobre a administração e justiça do trabalho*. Lisboa: Conselho Económico e Social, 53-118.
- Ferreira, José M. C. 1985 «O enquadramento político e institucional das lutas operárias urbanas após o 25 de Abril de 1974», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 187-207.
- Ferreira, José M. C. 1991 «Novas tecnologias e tendências de mudança organizacional do trabalho em Portugal», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 155-171
- Ferreira, Virgínia 1991 «Tecnologias e relações de sexo», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 47-61.
- Ferreira, Virgínia 1993 «Padrões de segregação das mulheres no emprego – Uma análise do caso português no quadro europeu», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 233-257.
- Ferreira, Virgínia 1998 «As mulheres em Portugal: situação e paradoxos», *Oficina do CES*, 119, 1-29.
- Figueiredo,
António et al. 1997 *Labour Market Studies: Portugal*. Luxemburgo: Comissão Europeia.
- Fonseca, Carlos da s/d *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal* (4 volumes). Lisboa: Publicações Europa-América.
- Freire, João 1993 *Sociologia do Trabalho: uma introdução*. Porto: Afrontamento.
- Freire, João 1994 «O auto-emprego: alguns comentários sobre dados recentes», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, 137-151.
- Freire, João 1995 *O trabalho independente em Portugal*. Lisboa: CIES-ISCTE.
- Freire, João 1997 *Variações sobre o tema trabalho*. Porto: Afrontamento.
- Freire, João 1998 «Empresas e organizações: mudanças e modernização», in J. M. L. Viegas / A. F. Costa (orgs.) *Portugal, que modernidade?*, Oeiras: Celta, 285-309.
- Freire, João;
Varanda, Marta 1992 «Os trabalhadores independentes: estratégias e funções do auto-emprego», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 29-44.

- Ganhão, Maria T. 1995 «A resistência à mudança: causas, variáveis psicossociais e atenuantes (o caso da Administração Pública)», *Organizações e Trabalho*, 14, 95-105.
- Giddens, Anthony 1990 *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Gonçalves, 1993 «Evolução recente do mercado de trabalho em Portugal: problemas de emprego e mutações», *Organizações e Trabalho*, 9/10, 11-26.
- Maria F. B.
- Graça, Luís 1992 «Experiências inovadoras em segurança e saúde nos locais de trabalho: dois estudos de caso», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 181-197.
- Hyman, Richard 1994 «Industrial Relations in Western Europe: An Era of Ambiguity», *Industrial Relations*, 33 (1), 1-24.
- Kahn-Freund, Otto 1972 *Labour and the Law*. London: Stevens & Sons.
- Kóvacs, Ilona 1989 «Introdução de novas tecnologias e gestão participativa», *Organizações e Trabalho*, 1, 53-71.
- Kóvacs, Ilona 1990 «Concepção e implementação de um modelo organizacional flexível: análise de um caso de intervenção sociológica numa empresa portuguesa no sector de serviços», *Organizações e Trabalho*, 3/4, 33-49.
- Kóvacs, Ilona; 1992 Tecnologias de informação e valores: atitudes face ao trabalho», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 75-91.
- Kóvacs, Ilona 1994 «Participação no trabalho no contexto de competitividade», *Organizações e Trabalho*, 12, 11-29.
- Kóvacs, Ilona 1996/7 «Novos modelos de produção: alguns resultados de um projecto de investigação», *Organizações e Trabalho*, 16/17, 33-49.
- Kóvacs, Ilona 1992 «Evolução recente e perspectivas do estudo e melhoria das condições de trabalho», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 135-147.
- Moreno, Conceição
- Leite, Jorge *et al.* 1996 *Conselhos de Empresa europeus*. Lisboa: Cosmos.
- Lima, M. P. V. C.; 1997 «Social dialogue and social pacts in Portugal», in G. Fajertag / P. Pochet (orgs.), *Social Pacts in Europe*. Bruxelles: ETUI/OSE, 157-179.
- Naumann; R.
- Lima, Marinús Pires 1991 «Relações sociais de emprego», *Análise Social*, 114, 905-943.
- Lima, 1977a «Fábrica Simões: autogestão ou delegação de poderes? – Estudo de caso numa empresa intervencionada», *Análise Social*, 50, 355-418.
- Marinús P. *et al.*
- Lima, Marinús P. 1977b «A acção operária na 'Lisnave': análise da evolução dos temas reivindicativos», *Análise Social*, 52, 829-899.
- Lima, M. P.; 1990 «O sindicalismo em Portugal: a crise e as alternativas», *Organizações e Trabalho*, 2, 35-48.
- Oliveira, L.
- Lima, Marinús P. 1992 *A acção sindical e o desenvolvimento*. Lisboa: Salamandra.
- et al.* (orgs.)
- Lima, Marinús 1995 «Transformações das relações laborais em três sectores: os casos das indústrias automóvel, siderúrgica e naval», *Análise Social*, 134.
- P. *et al.*
- Lisboa, Manuel 1992 «Inovação tecnológica e organizacional, actores de um pro-

- Lucena, Manuel; 1991 cesso: os dirigentes da indústria transformadora privada», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 21-27.
- Gaspar, Carlos 1991 «Associações de interesses e institucionalização da democracia (I)», *Análise Social*, 114, 847-903
- Machado, F. L.; 1998 «Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social», in J. M. L. Viegas / A F. Costa, A F. Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta, 17-44.
- Marques, M. M. L.; 1991 «A concertação económica e social: a construção do diálogo social em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 31, 11-41.
- Ferreira, A. C. 1997 «Sistema de emprego e novos perfis profissionais», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, 115-139.
- Martins, 1997
- António Maria 1998 *Plano Nacional de Emprego: texto integral* (versão preliminar para consulta à Assembleia da República e à Comissão Permanente de Concertação Social). Lisboa.
- Ministério do 1999 *Estudo sobre a caracterização e quantificação do trabalho infantil*. Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional. Lisboa: MTS.
- Trabalho e da 1982
- Solidariedade 1982 *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mónica, 1989
- Maria Filomena 1989 «Mudanças tecnológicas e organizacionais em Portugal: análise das duas últimas décadas», *Organizações e Trabalho*, 1, 7-22.
- Moniz, António B. 1990
- 1990 «Aplicação de robots em Portugal: análise comparativa de sectores, casos, implicações sociais e económicas», *Organizações e Trabalho*, 3/4, 59-73.
- Moniz, António B. 1992
- 1992 «Condições de trabalho em ambientes automatizados na indústria», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 149-159.
- Moniz, António B. 1994
- 1994 «Esquemas políticos promovendo a participação activa de trabalhadores em processos de inovação», *Organizações e Trabalho*, 12, 85-95.
- Moura, João 1997
- 1997 «Problemas da política de emprego», *Sociedade e Trabalho*, 1, 20-25
- Mozzicafreddo, Juan 1994
- 1994 «Concertação social e exclusão social», *Organizações e Trabalho*, 12, 97-121.
- Mozzicafreddo, Juan 1997 *Estado-Providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Namorado, Rui 1986
- 1986 «Em defesa de um projecto autogestionário (cinco teses sobre o controlo da produção dez anos depois de Abril)». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 471-479.
- Naumann, Reinhard 1995
- 1995 *Privatizações e reestruturações: o desafio para o movimento sindical em Portugal*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert.
- Naumann, R.; 1996
- Stoleroff, A 1996 «Portugal», in S. Dürmeier / A.Grundheber-Pilgram, *Manuel des organisations syndicales en Europe*. Bruxelas: Institut Syndical Européen, 3-38.
- Offe, Claus 1992
- 1992 *La Sociedad del Trabajo*. Madrid: Alianza Editorial.

- Oliveira, César 1974 *O operariado e a República democrática*. Lisboa: Seara Nova.
- Oliveira, José G. 1993 «O lugar do trabalho nas sociedades contemporâneas», *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13, 179-189.
- Oliveira, L.;
Dias, I. 1990 «Sindicalismo e a integração europeia: que desafios», *Organizações e Trabalho*, 3/4, 141-150.
- Pais, José Machado 1991 «Emprego juvenil e mudança social», *Análise Social*, 114, 945-987.
- Pais, José Machado 1998 «Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?», in M. V. Cabral / J. M. Pais, (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta, 189-214.
- Patriarca, Fátima 1977 «Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave», *Análise Social*, 51, 619-680.
- Patriarca, Fátima 1978 «Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974», *Análise Social*, 56, 695-727.
- Patriarca,
Fátima 1995 *A questão social no Salazarismo, 1930-1947* (2 volumes). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Patriarca,
Fátima et al. 1976a «Controlo operário em Portugal (I) – Documentos», *Análise Social*, 47, 765-817.
- Patriarca,
Fátima et al. 1976b «Controlo operário em Portugal (II) – Documentos», *Análise Social*, 48, 1049-1146.
- Pereira, José
C. S. et al. 1992 «As condições de saúde, higiene e segurança nos locais de empreitada», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 169-179.
- Perista, Heloísa;
Lopes, Margarida C. 1991 «Potencialidades e vulnerabilidades dos empregos das mulheres», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 37-45.
- Pimenta, Manuel 1998 «Emprego e formação profissional em meios urbanos desfavorecidos – o caso dos bairros sociais do Vale de Campanhã – Porto», *Sociedade e Trabalho*, 3, 70-79.
- Pinto, Mário 1990 «Trade Union Action And Industrial Relations in Portugal», in Baglioni / Crouch (orgs.), *European Industrial Relations: The Challenge of Flexibility*. London: Sage, 243-265.
- Pinto, Mário 1991 «Ensaio sobre a concertação social e a mudança de paradigma sindical e social», in *Portugal em Mudança. Ensaios sobre a Actividade do XI Governo Constitucional*. Lisboa: INCM.
- Pinto, Mário et al. 1996 *European Employment & Industrial Relations Glossary: Portugal*. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.
- Pinto, José M. 1996 «Contributo para uma análise dos acidentes de trabalho na construção civil», *Cadernos de Ciências Sociais*, 15/16, 87-119.
- Pinto, José M.;
Queiroz, Maria C. 1996 «Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 19, 9-29.
- Rabanal, Eduarda;
Delgado, Luísa 1992 «Organizações, emprego e condições de trabalho», *Organizações e Trabalho*, 7/8, 199-207.
- Reed, Mike 1997 *Sociologia da Gestão*. Oeiras: Celta.
- Reis, Ana L. 1998 «Modelos espaciais de desenvolvimento e 'risco de exclu-

- são social': algumas reflexões com ilustração empírica», *Sociedade e Trabalho*, 3, 50-59.
- Reis, José 1992 *Os espaços da indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, Joana *et al.* 1994 *Visões do sindicalismo*. Lisboa: Cosmos.
- Ritzer, George 1992 *Sociological Theory*. New York: McGraw-Hill.
- Rodrigues, 1996 «Os acordos de concertação social», in António Barreto (org.) *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 499-510.
- Henrique Nascimento Rodrigues, 1988 *O sistema de emprego em Portugal: crise e mutações*. Lisboa: Dom Quixote. 169
- Rodrigues, 1997 «Portugal com mais qualificação», *Expresso*, 29 de Novembro.
- Maria João Rodrigues, 1987 «Trabalho, emprego e transformações sociais: trajectórias e dilemas das Ciências Sociais em Portugal», *Análise Social*, 95, 119-149.
- M. J.; Lima, M. P. Rodrigues, Maria L. 1991a «Apresentação», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 11-15.
- Rodrigues, Maria L. 1991b «Mulheres empresárias: contribuição para o estudo do trabalho feminino», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 115-125.
- Rosa, Maria T. S. 1991 «As mulheres e o sindicalismo», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 89-113.
- Rosa, Maria T. S. 1996 «A qualificação no trabalho», *Organizações e Trabalho*, 15, 67-81.
- Rosa, Maria T. S. 1998 *Relações sociais de trabalho e sindicalismo operário em Setúbal*. Porto: Afrontamento.
- Roseta, Agostinho 1993 «Os jovens face ao mercado de trabalho – uma perspectiva sindical», *Organizações e Trabalho*, 9/10, 65-70.
- Rueschmeier, 1986 *Power and the Division of Labour*. Cambridge: Polity Press.
- Sá, Victor de 1991 *Roteiro da imprensa operária e sindical (1836-1986)*. Lisboa: Caminho.
- Dietrich Salavisa, Isabel 1991 «Difusão das tecnologias de informação e a recomposição do emprego: reflexões sobre o caso português», in *Conferência Nacional Novos Rumos para o Ensino Técnico e Profissional*. Porto: GETAP/ME, 2, 333-347.
- Santos, Boaventura 1985 «Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português», *Análise Social*, 87/88/89, 869-901.
- de Sousa Santos, Boaventura 1987 «O Estado, a sociedade e as políticas sociais – o caso das políticas de saúde», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24, 139-172.
- de Sousa Santos, Boaventura 1993 «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: O caso português», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento, 17-56.
- Santos, Boaventura 1994 *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura 1995a *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. London /New York: Routledge.

- Santos, Boaventura de Sousa 1995b «Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo», *Vértice*, 68, 132-139.
- Santos, Boaventura de Sousa 1997 *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa 1998 *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, M. L. L. et al. 1976 *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento (3 volumes).
- Serra, Helena de Sousa 1996/7 «Novas tecnologias: influências na organização do trabalho», *Organizações e Trabalho*, 16/17, 145-163.
- Silva, Mário R. 1986 «A relação salarial nas indústrias têxteis e do vestuário em Portugal», *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 119-137.
- Simões, Nuno 1996 *Informação e Consulta dos Trabalhadores nas Empresas ou Grupos de Empresas de Dimensão Comunitária: um Modelo Negocial*. Lisboa: Conselho Económico e Social.
- Soares, 1997 «Sistema de avaliação das medidas de política de emprego e formação profissional», *Sociedade e Trabalho*, 1, 34-39.
- Sousa, Elisabete 1991 «Família e trabalho: um quadro da estabilidade», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 63-73.
- Stoleroff, Alan 1988 «Sindicalismo e relações industriais em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 147-165.
- Stoleroff, Alan 1990 «O padrão de relações industriais emergentes em Portugal: uma abordagem sistémica», *Organizações e Trabalho*, 2, 49-79.
- Stoleroff, Alan 1992a «Sobre a sociologia do trabalho em Portugal», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 11, 135-151.
- Stoleroff, Alan 1992b «Sociologia do trabalho em Portugal (II)», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, 155-169.
- Stoleroff, Alan 1995a «Elementos do padrão emergente de relações industriais em Portugal», *Organizações e Trabalho*, 13, 11-41.
- Stoleroff, Alan 1995b «Sobre o declínio relativo da sindicalização. A importância da regulação ao nível da empresa», *Vértice*, 68, 68-79.
- Stoleroff, Alan; Casaca, Sara F. 1996 «Produção magra e relações laborais: tendências verificadas num 'greenfield' em Portugal», *Organizações e Trabalho*, 15, 83-103.
- Stoleroff, Alan; Naumann, Reinhard 1993 «A sindicalização em Portugal: a sua medida, a sua distribuição e os seus determinantes», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, 19-47.
- Streeck, Wolfgang 1992 «National Diversity, Regime Competition and Institutional Deadlock: Problems in Forming a European Industrial Relations System», *Journal of Public Policy*, 12(4), 301-330.
- Streeck, Wolfgang 1998 «The Internationalization of Industrial Relations in Europe: Prospects and Problems», *Politics & Society*, 26(4), 429-459.
- Suleman, Fátima 1993 «Perfis profissionais: que opções teórico-metodológicas?», *Organizações e Trabalho*, 9/10, 27-38.
- Suleman, Fátima 1997 «Para a relevância da formação profissional. O estudo da evolução das qualificações e diagnóstico de necessidades de formação», *Sociedade e Trabalho*, 1, 40-45.

- Teixeira, Cláudio 1989 «Introdução de novas tecnologias de automação industrial em PME's – breve análise de casos», *Organizações e Trabalho*, 1, 24-51.
- Teixeira, Cláudio 1994 «Participação dos trabalhadores: evolução dos quadros de referência», *Organizações e Trabalho*, 12, 31-37.
- Touraine, Alain 1994 «Preface», in M. Coster / F. Pichaut (orgs.), *Traité de Sociologie du Travail*. Bruxelas: De Boeck Université.
- Turner, Bryan 1994 *Orientalism, Postmodernism & Globalism*. London: Routledge.
- Wagner David G. 1992 «Daring Modesty: on Metatheory, Observation and Theory Growth», in S. Seidman / D. G. Wagner, *Postmodernism and Social Theory*. Cambridge: Blackwell.